

Percepção Socioambiental de Moradores do Bairro Cobi de Baixo acerca do Rio Marinho – Vila Velha / ES

Cristiane da Fonseca Bronzoni*

Michelle Coser Taufner**

Maria Cecília Costa Mansur***

RESUMO

O trabalho refere-se à percepção ecológica dos moradores do bairro Cobi de Baixo acerca do rio Marinho. A abordagem foi identificar a visão dos moradores sobre a problemática ambiental vivenciada sob diferentes olhares: os que residem a mais de quarenta anos e adolescentes. O estudo teve por objetivos mostrar a percepção de tais moradores no convívio diário com a poluição, compreender os motivos da mesma e a necessidade de políticas públicas direcionadas à proteção e recuperação do meio ambiente. Realizamos uma pesquisa qualitativa e exploratória. Constatou-se que a maioria dos entrevistados acreditam numa possível recuperação do rio e demonstrou indignação ao descaso do poder público com políticas públicas ambientais. Percebe-se que a questão social está ligada à ambiental, possibilitando compreender a experiência de vida dos moradores locais.

Palavras-chaves: Questão Social; Questão Ambiental; Meio Ambiente; Políticas Públicas Ambientais.

*Graduada em Serviço Social pela Faculdade Novo Milênio, Pós-graduada em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Vale do Cricaré, Professora Titular na Faculdade UNISAM – Campus Paulo Pereira Gomes. E-mail: Cristiane.bronzoni@hotmail.com.

**Graduada em Serviço Social pela Faculdade Novo Milênio. E-mail: michellecoser@hotmail.com.

*** Graduada em Serviço Social pela UFES, mestre e doutoranda em Serviço Social pela UERJ. Email: mcecilia_mansur@hotmail.com.

1 Introdução

Na atualidade, nota-se a importância de veicular questão social à ambiental, pois as condições de vida tornam-se vulneráveis ao agravamento da degradação ambiental. A ausência de saneamento básico, por exemplo, implica uma série de transtornos à saúde humana, facilitando o aparecimento e disseminação de várias doenças, entre outros problemas sociais.

Analisando a atual condição do Rio Marinho, especificamente no bairro Cobi de Baixo, município de Vila Velha-ES, foi possível direcionar esta pesquisa da problemática ambiental vinculada à social, em função da notória interferência humana no percurso das águas. Esta ação se apresenta através do lançamento de esgoto doméstico, lixo urbano e dejetos industriais em locais não apropriados, incluindo os rios que atravessam regiões habitadas, somada à falta de atuação do governo, além de outras questões.

Atualmente, o Rio Marinho encontra-se impróprio para qualquer utilização humana, em função do elevado índice de poluição. Fazendo-se um retrospecto da vida deste rio, é possível afirmar que, no passado, suas águas foram muito importantes no mecanismo de navegação que ligava a Fazenda Araçatiba e as demais comunidades do Rio Jucu à baía de Vitória após a transposição de suas águas. A ligação do Rio Jucu ao Rio Marinho contribuiu também para o abastecimento de água da região por vários anos, além de favorecer a subsistência dos moradores do entorno através da pesca.

Analisando os vários acontecimentos que envolveram o Rio Marinho, a pesquisa, por ser de caráter qualitativo, buscou compreender a Percepção Ecológica de moradores do Bairro Cobi de Baixo acerca do Rio Marinho. Foi realizado um estudo comparativo entre a percepção de moradores que residem no entorno do rio há mais de quarenta anos, com idades entre cinquenta e nove a oitenta anos e adolescentes com idade de dezoito anos e que também sempre viveram no local¹.

¹ É importante ressaltar que é quase nula a produção bibliográfica que analisa a história e a contemporaneidade do Rio Marinho. Neste sentido este trabalho pretende trazer uma contribuição.

Assim, esse estudo possui como objetivo comparar a visão dos moradores que convivem com a problemática ambiental, confrontando o ponto de vista daqueles que conviveram com o rio ainda limpo e dos que conheceram o rio já degradado. Destaca-se a importância de estudar esta problemática no intuito de buscar compreender os motivos que levaram a poluição do Rio Marinho, bem como refletir sobre o interesse dos moradores em tentar recuperar a “identidade” do Rio Marinho.

O interesse em desenvolver esta pesquisa deve-se ao fato do eixo do curso de graduação em Serviço Social estar despertando para novos caminhos de estudo, ou seja, a questão social relacionada à ambiental. Subentende-se que os dois campos estão intrinsecamente ligados em função da notória interferência humana sobre o meio ambiente.

A relevância em estudar esse tema se dá à medida que este aborda a temática da “questão socioambiental”, haja vista não apenas a emergência do tema, como também tem se configurado como um novo campo de trabalho para o profissional do Serviço Social, que é a nossa área de formação. Trata-se de um tema com poucas produções teóricas, mas que pretende contribuir para a reflexão sobre o assunto pelos assistentes sociais, cientistas sociais e outras áreas relacionadas à “questão socioambiental”, além da proposta de uma sensibilização comunitária a respeito da problemática da degradação ambiental, em especial na comunidade vilavelhense, no intuito de despertar a necessidade de construção de políticas públicas voltadas para o meio ambiente, especialmente a de educação ambiental.

2 Interface da Questão Social e Questão Ambiental

Atualmente no Brasil, bem como no mundo, tem sido reconhecida a importância de analisar a relação entre questão ambiental e questão social, sobretudo no que se refere às condições de vida das classes sociais mais atingidas pela pobreza, como também por todo tipo de exclusão. Um dos exemplos desta interface são as implicações trazidas pelo agravamento da degradação ambiental, que fazem com que essas populações tornam-se, por exemplo, vulneráveis a ausência de saneamento, sendo expostas mais facilmente ao contágio de doenças.

De acordo com dados do Correio Brasiliense, (2004, p.10) “[...] dos 182 milhões de brasileiros, cerca de 45 milhões da população não têm acesso à água potável e 83 milhões não têm acesso à coleta de esgoto, e só 28% é coletado e tratado corretamente”.

Um dos problemas que mais prejudicam a qualidade da água é o lançamento de esgoto doméstico e dejetos industriais altamente tóxicos, sem nenhum tipo de tratamento, em rios e represas que muitas vezes servem como fonte de abastecimento de cidades, para uso agrícola, lazer, dentre outros. A água contaminada é berço e veículo para doenças como diarreia, febre amarela, hepatite e amebíase. Quanto maior o nível de poluição da água, maior será a quantidade de produtos químicos necessários para tratá-la e torná-la própria para o consumo.

A destinação do lixo e a limpeza urbana é outro problema básico de saneamento. De acordo com a ES-ECO 92² (1991, p.81)

O atendimento do serviço de coleta de lixo urbano não atinge a toda a população e, de maneira geral, não existe racionalidade da coleta. Quanto à destinação final, o quadro é alarmante: 97% dos municípios (do Espírito Santo) dispõem o lixo a céu aberto, sendo um fator de degradação ambiental, social e sanitária.

Faz-se necessário, portanto, compreender este cenário, tendo em vista as ações humanas sobre o meio ambiente, tanto no sentido de preservar e conservar a biodiversidade natural, quanto de destruí-la com suas atitudes e ações.

2.1 Conceituando a Questão Social e Questão Ambiental

A questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção. Contradição esta fundada na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente: os trabalhadores produzem a riqueza, os capitalistas se apropriam dela. É assim que o trabalhador não usufrui das riquezas por ele produzidas. Segundo Iamamoto (1995, p. 770) podemos compreender que:

² Esse documento refere-se à Coletânea de Textos sobre a Eco 92 do Estado do Espírito Santo.

[...] a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político na sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.

Na atualidade, responder às questões sociais em suas diversas expressões implica decifrar as desigualdades sociais em seus variados recortes de etnia, gênero, meio ambiente, cidadania, dentre vários outros.

Já a questão ambiental, em um de seus variados conceitos, refere-se à ação humana sobre os recursos naturais. De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente (1990, p. 286), refere-se ao homem e ao “seu esforço em explorar [...] para atender suas necessidades de ordens econômicas, sociais, estéticas ou de lazer”.

A questão ambiental tem sido alvo de debates a partir do meado do século XX e vem ganhando expressividade mais no final do século XX. Segundo Leff (2007, p.138), autor estudioso do tema, diz que “a questão ambiental surge como uma problemática social e ecológica generalizada de alcance planetário, que atinge todos os âmbitos da organização social, os aparelhos do Estado e a todos os grupos e classes.”

A grande contribuição da ecologia foi - e ainda é - fazer-nos tomar consciência dos perigos que ameaçam o planeta em consequência do atual modo de produção e consumo. O crescimento exponencial das agressões ao meio ambiente, a ameaça crescente de uma ruptura do equilíbrio ecológico configuram um cenário-catástrofe que põe em questão a própria sobrevivência da vida humana. Confrontamo-nos com uma crise de civilização que exige mudanças radicais. (LOWY, 2005, p. 45-46)

Podemos afirmar que a partir da Revolução Industrial o meio ambiente já vem sofrendo os impactos do capitalismo. A tecnologia e seu desenvolvimento e o exacerbado consumismo dos países industrializados, vem gerando impactos ambientais indescritíveis tais como: o desmatamento, degradação dos ecossistemas, o efeito estufa, o buraco na camada de ozônio, o aquecimento global, a contaminação da água, do solo e do ar, o inadequado manejo dos recursos hídricos e naturais - que são alguns dos impactos gerados no meio ambiente devido a aceleração do capitalismo na contemporaneidade.

A Constituição de 1988, no Capítulo VI, Art. 225, estabelece o direito dos cidadãos de ter um meio ambiente equilibrado. “[...] que todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988, p.127).

Entretanto a exploração desordenada tem causado ao meio ambiente constantes desequilíbrios, afetando o próprio ser humano no que se refere, por exemplo, à escassez de recursos naturais, como a água potável, a ponto de ser privatizada em alguns países, pela insistência do Banco Mundial (HARVEY, 2004).

Segundo Boff (2004, p. 19), “[...] geralmente na tensão entre desenvolvimento e preservação do meio ambiente, opta-se pela deterioração do meio em favor do desenvolvimento”.

O Planeta Terra dá sinais de sofrimento, e esse seu “mal-estar” ceifa a vida de milhares de vítimas em catástrofes naturais e outros tantos milhares em catástrofes provocadas, ou não evitadas, pelo próprio homem.

2.2 Iniciativas Mundiais Acerca da Questão Ambiental

No que tange a luta pela questão ambiental, manifestam-se ambientalistas, ONGs, partidos políticos e recentemente empresas. As primeiras manifestações a favor do meio ambiente surgiram já na década de 1950 em vários países do mundo. Os ambientalistas emergem com mais intensidade na década de 1960 e 1970, no Brasil, inseridos na luta pela redemocratização do país. Chico Mendes foi um exemplo que envolveu não só seringueiros, comunidades como também para toda a sociedade civil no Brasil.

No ano de 1972 foi realizada em Estocolmo, na Suécia a I Conferência da Organização das Nações Unidas, reunindo chefes de Estado no intuito de debater sobre questões relacionadas ao meio ambiente.

Em 1975 foi promovida pela UNESCO, a Conferência de Belgrado na Iugoslávia, que resultou na organização dos princípios e orientações de um programa internacional de Educação Ambiental. Já em 1977, em Tbilisi, antiga URSS, especificamente na Geórgia, foi realizada a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental e Estratégias de Ação no Plano Nacional e Internacional.

Em 1987 foi publicado um documento conhecido como “Nosso Futuro Comum” realizado na Noruega, que sinalizou a incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável com os padrões de consumo existentes. Foi proposto neste momento, um desenvolvimento sustentável³ que pudesse atender as necessidades do presente e do futuro.

A EC0-92 foi um encontro e movimento imprescindível para a questão ambiental no Brasil e no mundo, que destacou não apenas a expansão das ONGs e da responsabilidade social das empresas, mas teve como cunho principal a preocupação com o destino e as estratégias para o destino do meio ambiente, onde o chamado desenvolvimento sustentável passou a ser parte das agendas políticas.

Os principais pontos destacados na Eco - 92 foram a convenção sobre a mudança do clima e a segunda, sobre a biodiversidade . Também foram aprovados dois documentos importantes: a Agenda 21⁴ e a Carta da Terra⁵. O primeiro trata de um mecanismo político de organização política na esfera municipal, defendendo o desenvolvimento sustentável, a consciência ecológica e social. O segundo documento trata de pilares de comprometimento com a questão ambiental e social em nível internacional, enfatizando sobretudo a necessidade da realização de políticas e programas de educação ambiental.

No ano de 1997, na cidade de Quioto, no Japão, a partir de 159 representantes de países, foi realizado a III Conferência das Partes (COP 3), culminando com o chamado Protocolo de

³ Pode-se também compreender por Desenvolvimento Sustentável a “inter-relação necessária entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio e a necessidade de desenvolvimento como tendo uma capacidade de suporte” (JACOBI, 1999, p. 427)

⁴ A Agenda 21 se compromete com metas, objetivos e estratégias para se chegar bem ao século XXI. Nela constam tratados em muitas áreas que afetam a relação entre o meio ambiente e a economia, como: atmosfera, energia, desertos, oceanos, água doce, tecnologia, comércio internacional, pobreza e população. AS 175 nações presentes aprovaram e assinaram a Agenda 21, comprometendo-se a respeitar seus termos (GADOTTI, 2000, p. 110)

⁵ A Carta da Terra rege os princípios básicos que devem governar o comportamento econômico e ambiental dos povos e nações.

Quioto, importante marco ao combate a degradação ambiental, especialmente no que tange às mudanças climáticas.

Este Tratado internacional apontou compromissos mais rígidos sobre a redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa, considerado com uma das principais causas do aquecimento global. Portanto, faz-se necessário também estudar e entender como vem ocorrendo esse processo realizado pela chamada “responsabilidade social” das empresas, que tanto preconiza sobre a preservação e restauração do meio ambiente.

2.3 A Questão Socioambiental na Atualidade: A Realidade do Rio Marinho

A ação humana sobre o meio ambiente data de tempos antigos, no qual seu trato com as diversidades naturais é cada vez mais diferenciado. Por isso pode-se dizer que “[...] a natureza primitiva parece estar ausente, dado que, na produção do ambiente, matérias-primas industrializadas são crescentemente utilizadas” (CORREA, 1993, p. 25).

Em análise à situação atual do Rio Marinho, em toda sua extensão, é possível direcionar um estudo da problemática ambiental vinculada à social, pois é notória a interferência humana no percurso de suas águas. Esta ocorre, negativamente, através do lançamento de esgoto doméstico, lixo, detritos industriais, somado ao descaso do governo, dentre outras questões.

O Rio Marinho encontra-se altamente poluído por resíduos orgânicos e inorgânicos, o que o torna inútil para qualquer utilização doméstica e, pior, fator de risco para a saúde pública. Hoje, o mesmo é tido como uma problemática, e suas conseqüências afetam diretamente a população local por doenças, mau cheiro e alagamentos.

Com mais de 1 bilhão de pessoas sofrendo de doenças oriundas da água, anualmente, diretrizes eficientes de controle da poluição da água serão elementos básicos da estratégia de gerenciamento de recursos hídricos de um país. (RODRIGUEZ, 1998, p. 265).

Os detritos gerados pelas atividades humanas, industriais e comerciais necessitam de ser coletados e tratados de forma específica, para que não gerem ameaça à saúde e ao meio ambiente.

Nas últimas duas décadas, os investimentos em coleta de lixo e tratamento de esgoto continuam insuficientes, com métodos inadequados ou inexistentes, enquanto que é crescente tal necessidade. Esta situação resulta do fato de o meio ambiente não ser prioridade nas ações de governos passados e atuais. De acordo com Jacobi (2001, p. 424) “em razão da insuficiência da rede de esgotos, há um montante significativo de lançamento de esgotos a céu aberto, conexões clandestinas no sistema de águas pluviais e lançamento direto nos rios”.

Vale lembrar que, na década de 50, o Rio Marinho foi um grande contribuinte para a geração de renda e lazer da comunidade. Atualmente, o cenário é completamente estável e crítico “[...] o acesso à água e aos recursos relacionados, tais como a pesca, é essencial às populações carentes e um elemento importante à diminuição da pobreza” (RODRIGUEZ, 1998, p. 273).

3 Visão de Moradores de Cobi de Baixo acerca do Rio Marinho

A pesquisa contou com a participação de moradores que residem no bairro Cobi de Baixo, no Município de Vila Velha, Espírito Santo (ES) e que convivem diretamente com a problemática do Rio Marinho. Foram selecionados para a pesquisa quatro sujeitos para a pesquisa, sendo dois residentes no local há mais de 40 anos (entrevistado 1⁶ e entrevistado 2), com idade entre 59 a 80 anos, ambos do sexo feminino. Os outros dois entrevistados (entrevistado 3 e entrevistado 4) são jovens, com idade de 18 anos, um do sexo feminino e o outro masculino, que sempre residiram no local. Após a coleta dos dados, foi possível verificar as diferentes visões dos moradores acerca do Rio Marinho.

Na oportunidade, foi questionado aos entrevistados 1 e 2, moradores antigos do bairro, sobre o significado e suas experiências de vida em relação ao rio. Ambos relataram que o rio, durante muitos anos, foi utilizado como área de lazer para banho e pesca, pois “[...] ele era totalmente clarinho, [...] a criançada tomava banho, tinha barquinho correndo pra baixo e pra

⁶ Os termos: entrevistados 1, 2, 3 e 4 foram utilizados para manter o anonimato dos sujeitos da pesquisa.

cima” (Entrevistado 1). Percebeu-se que, para o entrevistado 1 que o rio não tem significado algum, pois para ele só seria válido se estivesse limpo.

Segundo o entrevistado 2, “[...] ele era um rio maravilhoso, meus filhos saía pescando [...] quando às vezes não tinha nada pra dar pra eles almoçar, [...] entrava no rio e vinha cheio de camarão, aí eu fazia um almoço pra eles”. Completou dizendo o quanto gostaria de reviver o rio com águas limpas.

Relataram também que, durante muito tempo, o rio foi utilizado para lavagem de roupas e transportes de mercadorias.

Então vinha canoa de pedra mulata com farinha, com tudo que tinha pra vender vinha nas canoas [...] e depois subia, então esse rio era o transporte, como tem hoje caminhão, ajudou muitas famílias a criar muitas famílias esse rio, viu! (Entrevistado 2).

Os entrevistados 1 e 2 em suas indagações, demonstraram muitas recordações acerca do rio, pois seus filhos há tempos atrás desfrutaram do lazer que o rio oferecia, além de auxiliar no sustento familiar, através da pesca, e de possibilitar a lavagem de roupas. Vale ressaltar que o rio foi de grande valia para o transporte de mercadorias na época.

Quando foi indagado aos entrevistados 3 e 4, jovens que conhecem o rio desde suas infâncias, sobre suas respectivas vivências com o rio, ambos relataram sobre as questões de poluição do mesmo. Para o entrevistado 3, o rio não tem significado algum para sua vida: “eu não vejo isso aí como um rio, eu vejo mais como maré, como todo mundo fala, um valão”.

Em análise aos relatos citados anteriormente, pôde-se perceber a indignação dos entrevistados mais antigos, entrevistados 1 e 2, diante da atual situação do Rio Marinho, haja vista que o rio, há tempos atrás, tinha grande importância para os moradores e hoje agoniza em calamidade pública. É evidente o descaso e a falta de cuidado da população, das empresas e das variadas esferas governamentais para com o Rio Marinho.

Percebe-se, na colocação dos jovens, que eles não tiveram a oportunidade de conhecerem o rio limpo, ao contrário dos moradores idosos, que tiveram a oportunidade de usufruir do mesmo sem poluição.

Se o rio continuar sendo poluído com a mesma intensidade observada, as futuras gerações não conhecerão nem sequer vestígios do Rio Marinho. Nesse raciocínio Sabato (1998, p. 123) afirma que:

O mundo atravessa um tempo de desastres. Milhões de vidas humanas são desprezadas por interesses econômicos; cada vez são mais os pequeninos que nas noites mexem os nossos sacos de lixo; a contaminação dos gases e as radiações põe em perigo a existência do planeta, e as lutas do poder continuam causando o sofrimento de milhares de inocentes.

O entrevistado 4 afirmou que “[...] tentaram limpar ele com a dragagem, não deu certo, [...] e hoje em dia ele é parte da comunidade, um bucado de gente toma banho nele ainda [...]”.

Já os entrevistados 3 e 4 enfatizaram o alto índice de poluição do rio, afirmando não ter significado em suas vidas. Acredita-se que, pelo fato dos adolescentes não terem vivenciado o rio limpo, o vêem como um valão e não como um rio. Disseram que, mesmo assim, ainda existem pessoas que tomam banho no rio.

Ao perguntarmos sobre os fatores que levaram à poluição do rio, ambos disseram que os principais causadores foram os próprios moradores, jogando seus lixos no mesmo. O entrevistado 1, ainda disse que “era tudo no rio, se morria um animal era no rio, se tinha uma outra coisa jogava no rio, nesse rio ia toda coisa ruim”. Além disso, o lançamento de esgotos ampliou ainda mais a problemática.

Conforme os entrevistados 1 e 2, os causadores da poluição no rio foram os próprios moradores, pois tudo era lançado no rio: lixo, esgoto doméstico e até animais mortos.

No ponto de vista dos jovens, a população é a maior responsável pela poluição do rio, pois jogam todo o esgoto e lixos de suas casas nele. Segundo o entrevistado 4,

[...] botaram muita rede de esgoto [...] a rede de esgoto só deságua no rio, não conseguiram um lugar tipo um “pinicão”, pra puxar da rede e jogar dentro não [...] joga diretamente no rio, em todos os pontos. Tem gente que joga lixo também na maré.

Concordando com a afirmativa acima, os jovens também acreditam que os moradores são os principais causadores da poluição, pelos mesmos motivos.

Em análise, pôde-se perceber a necessidade do cuidado com o meio ambiente, pois seu equilíbrio representa uma condição de vida satisfatória. Concordando com a afirmativa acima, Boff (1999, p. 25) diz que:

Após séculos de cultura material, buscamos hoje ansiosamente uma espiritualidade simples e sólida, baseada na percepção do mistério do universo e do ser humano, na ética da responsabilidade, da solidariedade e da compaixão, fundada no cuidado, no valor intrínseco de cada coisa, no trabalho bem feito, na competência, na honestidade e na transparência das intenções.

Devido ao alto índice de poluição do Rio Marinho, percebe-se que o cuidado com o rio no passado não se efetivou, gerando reflexos negativos para os dias de hoje.

Em função da análise anterior, verificou-se a grande necessidade da implementação de projetos de educação socioambiental, que possam garantir à população informações relativas à importância de lutar por políticas públicas eficazes, que de fato sejam efetivadas. Sugere-se, para a elaboração e execução de tais projetos, formar uma equipe interdisciplinar, com profissionais de diversas áreas, tais como: biólogos, geógrafos, assistentes sociais, sociólogos e outros.

Ao questionarmos aos entrevistados 1 e 2, se acreditam numa possível recuperação para o Rio Marinho e no interesse dos governantes para tal processo, ambos responderam que sim, porém disseram que depende da “boa vontade política”.

Ainda sobre a possibilidade de recuperação do Rio Marinho, os entrevistados 3 e 4 tiveram respostas afins ao dizerem acreditar que é possível, porém depende da intervenção política, realizando projetos para o rio. O entrevistado 4 acredita que há salvação para o rio, basta coletar os esgotos domiciliares, pois,

[...] já que eles não vão fazer saneamento, mais que pelo menos botassem uma manilha [...] coletando os esgotos que passa, pra evitar de cair na maré [...] aí eles jogar em algum lugar, puxando pra algum lugar, desaguando lá na maré ou na baía de Vitória.

O entrevistado 3 disse esperar que haja de fato salvação para o Rio Marinho, sendo que “[...] já tentaram [...] fazer isso, mas não deu resultado”. Quanto ao interesse por parte dos governantes o entrevistado diz que “[...] promessa todo mundo faz, [...] o difícil é cumprir”.

Os entrevistados 1, 2, 3 e 4 crêem na possibilidade de recuperação, porém é necessário que haja coleta regular de esgoto. Acreditam que a ação, para ser de fato efetiva, deveria envolver todos os bairros ribeirinhos, não somente o bairro Cobi de Baixo.

Conforme afirmativa acima, pôde-se verificar que a ação governamental em relação à coleta e tratamento de esgoto em todo o Estado não atende as demandas da população. Segundo ES-ECO 92 (1991, p. 80):

A situação do esgotamento sanitário no Estado do Espírito Santo espelha a própria situação do setor em todo País. Revela-se altamente deficiente, tanto a nível de atendimento atual, insignificante, como em relação a propostas e planos de investimentos para amenizar o problema.

Diante do exposto, há necessidade de ações efetivas e direcionadas, através de políticas públicas que atuem no saneamento básico, não apenas ao bairro referenciado e sim em todo o Estado.

No decorrer das entrevistas, foi perguntado também se os entrevistados conhecem algum projeto de recuperação para o rio. O entrevistado 1 respondeu que “o primeiro que eu vejo falar de projeto é seu Henrique⁷, o primeiro que esta se interessando. [...] através da plantação de árvores [...] ele crê na recuperação do rio”. Ao procurar saber sobre esta iniciativa, descobriu-se que o Sr. Henrique Casamata desenvolve um projeto pioneiro no rio.

Quanto aos adolescentes entrevistados, o 4 desconhecem projetos destinados ao rio. Já o entrevistado 3 cita a iniciativa do o Sr. Henrique Casamata. Pôde-se concluir que os entrevistados 3 e 4 não souberam expor com clareza sobre esse projeto.

⁷ Henrique Casamata nasceu em 1960, passou sua infância e juventude no bairro Cobilândia, Vila Velha. É formado em Engenharia Mecânica pela UFES e proprietário do Casamata Material de Construção. Seu interesse em estudar o Rio Marinho iniciou-se em 2001, após ter participado de reuniões as quais visavam estabelecer um projeto de revitalização da Grande Cobilândia. Uma das idéias surgidas foi levantar o estado de todos os rios, valões e canais que cortavam os bairros locais, buscando soluções para os constantes alagamentos. Juntamente com outros empresários da região, contratou um pequeno avião para sobrevoar e fotografar toda a bacia hidrográfica da Grande Cobilândia. Em 2005, ele começou o projeto para a criação da revista que conta a história do Rio Marinho. E, no ano de 2007, visitou várias escolas da região, apresentando a revista que acabara de publicar. “Uma Aventura na História do Rio Marinho”, realizando um trabalho social e ecológico de conscientização dos alunos (Depoimento do Sr. Henrique Casamata).

A fim de conhecer o projeto citado pelos moradores, identificou-se um grande interesse do Sr. Henrique Casamata sobre a problemática ambiental, no que se refere aos rios degradados. Em depoimento, o Sr. Henrique frisou que pôde conhecer o Rio Marinho ainda "vivo", quando se podia tomar banho e pescar em toda a sua extensão. Por muitos anos, junto com colegas, se divertiu no entorno desse rio que agora agoniza. Na certeza de que algo pode ser feito pela recuperação, não só do Rio Marinho mais também de outros tantos rios que se encontram em situação parecida, ele passou a se dedicar a pesquisas, estudos, encontros, fóruns e seminários que tratavam de assuntos similares.

A questão do desconhecimento dos moradores acerca desse projeto propicia uma reflexão: se de fato o projeto está sendo pouco divulgado ou se os moradores não se interessam pelas causas ambientais, acomodando-se com a degradação do rio. Acredita-se que ambas as partes citadas poderiam se empenhar mais.

Tal projeto é uma iniciativa de grande valia, por tratar-se de um assunto pertinente à melhoria da qualidade de vida da população. Mas é importante ressaltar a responsabilidade da articulação do Estado e com organizações sem fins lucrativos. Com a iniciativa de cada um dessas esferas, seria possível promover ações de caráter socioambiental, assumindo o papel que lhes competem.

O último questionamento baseou-se em sugestões para que o rio seja recuperado e que tenha aparência de rio novamente. Na oportunidade, o entrevistado 1 frisou que se “[...] saísse os esgotos dele já era uma forma [...]”. A entrevistado 2 acredita que se fizessem uma recuperação “começando da cabeceira e trazendo o trabalho até aqui no final dele, a limpeza [...] porque senão tiver limpeza como é que é que a água vai nascer? [...]”.

Foi sugerido pelos entrevistados 1 e 2 que, para o Rio Marinho voltar a ser rio de fato, é preciso que haja a eliminação dos esgotos lançados nele e a limpeza desde a nascente até aonde o rio deságua.

É notória a ausência de investimentos locais no sentido de corrigir, proibir e conscientizar sobre o lançamento de poluentes no Rio Marinho. Tal situação conflita com a Constituição Federativa do Brasil (1988, p. 127), em seu capítulo VI, art. 225, que indaga o direito de todos em possuir um meio ambiente equilibrado, que garanta a sadia qualidade de vida, sem

prejudicar as gerações futuras, sendo um dever por parte do poder público e também da coletividade.

Esses investimentos, sejam eles oriundos de iniciativa pública ou privada, estão distantes de efetivar-se em função do pouco interesse político e econômico em responder às demandas socioambientais.

Vale ressaltar que, no entorno do Rio Marinho, existem empresas de iniciativa privada. Se tais empresas investissem em projetos sócio-ambientais, certamente alertariam a população e o poder público para trabalharem também em prol da melhoria deste bem de usufruto da sociedade. Assim, possivelmente, contribuiriam pra trazer de volta o Rio Marinho citado pelos entrevistados 1, 2, 3 e 4, já que as mesmas são as grandes poluidoras do mesmo.

Os entrevistados 4 e 3 concordaram com a melhoria do rio através da drenagem. Para o entrevistado 4, se “eles tampar as duas entradas, e fazer uma drenagem [...] tem muita lama”. Já o entrevistado 3 acredita que o caminho seria “tirar a sujeira e conscientizar os moradores pra não jogar lixo e a prefeitura também de tirar o esgoto dali”.

Os adolescentes acreditam que, para haver a recuperação, é necessário que se faça a drenagem e limpeza, além da conscientização dos moradores quanto a evitar uma poluição contínua no rio, e também que haja coleta do esgoto. Deve haver, portanto, o cumprimento da legislação ambiental, através da unificação entre o poder estatal, a participação da sociedade civil e de empresas.

Tendo em vista uma consciência ecológica, Sabato (1998, p.123) afirma que:

Valores éticos e espirituais que outrora foram o fundamento de culturas milenárias foram bastardeadas pelos propiciadores do famoso progresso, que agora os deixaram no limite de um precipício mortal. Esta catástrofe é produto da mentalidade tecnocrática e cientificista que nos preparou tão somente para a destruição, acabando com todo tipo de realidade física e espiritual. Até mesmo com a alma dos nossos filhos.

Ter consciência ecológica significa se colocar no futuro, no lugar das outras gerações, imaginar-se sobrevivendo ladeado de uma problemática ambiental criada no passado, provocando toda a sorte de mazelas sociais, como alagamentos e doenças, desvincular-se da

visão apenas baseada no lucro (poder econômico), ser humilde e generoso com os recursos naturais disponíveis. Conforme Gadotti (1941, p.58):

O sucesso da luta ecológica depende muito da capacidade de os ecologistas convencerem a maioria da população, a população mais pobre, de que se trata não apenas de limpar os rios, despoluir o ar, reflorestar os campos devastados para vivermos num planeta melhor num futuro distante. Mas também de dar uma solução [...] aos problemas ambientais e aos problemas sociais. Os problemas de que trata a ecologia não afetam apenas o meio ambiente. Afetam o ser mais complexo da natureza, que é o ser humano.

4 Considerações Finais

Através da pesquisa, foi possível compreender o quanto à questão ambiental vincula-se à social, pois a ação humana na poluição do Rio Marinho é notória, devido a ação capitalista que degrada o meio ambiente. Vale ressaltar que a pesquisa de campo propiciou o reconhecimento quanto à necessidade de estimular novas pesquisas acerca da temática e a busca de possíveis ações em atenção às demandas dos moradores.

Diante da visão dos moradores do bairro Cobi de Baixo acerca da problemática ambiental do rio, conclui-se que, no passado, o Rio Marinho foi um importante contribuinte para a sobrevivência dos habitantes locais. Hoje, os próprios moradores afirmam que não o vêem mais como um rio e sim como um valão, devido ao alto índice de poluição. Eles acreditam que a causa da inutilidade do rio seja o lançamento de esgotos domésticos, lixo, ações industriais ilegais e falta de atuação do governo.

De acordo com o comparativo entre a percepção de adolescentes e de idosos diante da questão ambiental vivenciada, percebeu-se a unanimidade nas respostas. Ambos afirmaram o potencial que o rio teria caso estivesse limpo, ao contrário da realidade atual, e sugeriram a implementação de políticas de saneamento e despoluição do Rio Marinho, a exemplo de outros rios.

O profissional do serviço social e de ciências sociais podem e devem ser contribuintes na elaboração de mecanismos que articulem ações sócio-ambientais. Tais ações podem ser executadas através de projetos de desenvolvimento local, não somente voltados para a questão dos rios, mas também de tudo que envolve o meio ambiente e o social.

5 Referências Bibliográficas

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do humano - compaixão pela terra**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **Ecologia: grito da terra grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRONZONI, Cristiane da Fonseca. TAUFNER, Michelle Coser. **PERCEPÇÃO ECOLÓGICA DE MORADORES DO BAIRRO COBI DE BAIXO ACERCA DO RIO MARINHO. 2008**. Monografia de Graduação do Curso de Serviço Social.

COMISSÃO COORDENADORA DO RELATÓRIO ESTADUAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO-ES. ECO 92. **Meio Ambiente e Desenvolvimento no Espírito Santo** – Novembro, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. Meio Ambiente e a Metrópole in **Geografia e Questão ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Geografia, 1993.

CORREIO BRASILIENSE. Caderno de Economia, 2004.

GADOTTI, Moacir (1941). **Pedagogia da terra/** Prefácio Ângela Antunes, São Paulo: Peirópolis, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

JACOBI, Pedro. **Meio Ambiente e Educação para a Cidadania**: o que está em jogo nas grandes cidades. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LOWY, Michel. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo, Cortez, 2005. (Coleção questões da nossa época; v. 125)

RODRIGUEZ, Fernando Antônio. **Gerenciamento de Recursos hídricos**. Brasília: Secretaria de Recursos hídricos, 1998.

SABATO, Ernesto. Carta da Terra – Argentina, no dia 3 de agosto de 1998 in GADOTTI, Moacir (1941). **Pedagogia da terra**/ Prefácio Ângela Antunes, São Paulo: Peirópolis, 2000.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Universidade Federal de Santa Catarina, **Universidade e Sociedade Face à Política Ambiental Brasileira. VI Seminários Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente**. Florianópolis, Santa Catarina:1990.